

Colóquios de Filosofia e História da Educação

Organização: Departamento de Filosofia e História da Educação.

20 de abril de 2017

Palestrante: Professor Dr. Dermeval Saviani

Tema: O curso de pedagogia da Faculdade de Educação da Unicamp – aspectos históricos e pressupostos teórico-políticos.

Tratar dos pressupostos teórico-políticos envolve a história do conjunto da formação de educadores no Brasil. O problema da formação de professores não está bem resolvido em lugar nenhum, que vem do século XIX, do tempo de formação dos sistemas nacionais de ensino. Logo, torna-se um problema de política educacional no século XIX, com a implantação dos sistemas nacionais de ensino, que trazem a questão de como formar professores em grande escala. Uma vez que eram exigidos milhões de professores para corresponder a este objetivo.

Os primeiros cursos surgiram após a Revolução Francesa e já surgiram em duas modalidades: curso normal superior e cursos normal primário. As escolas normais superiores, desde a origem, não atenderam a finalidade de formarem professores primários porque se constituíram como escola de altos estudos. As escolas normais secundárias foram se consolidando como aquelas que davam um preparo específico para o exercício nas escolas primárias. A questão chave dos sistemas nacionais de ensino era a formação de professores primários.

Configuraram-se dois modelos de formação: 1) O Dos “conteúdos culturais-cognitivos” (em que adota-se como princípio a noção de quem sabe ensina, então, ao professor das escolas secundárias bastaria ter uma formação na área que ele vai se formar, está por detrás disso a ideia de que a maneira como se ensina é importante para ensinar criança, enquanto para ensinar jovens e adultos não é preciso preocupar-se com o como se ensina, neste caso é preciso dominar os conteúdos); 2) O “Modelo Pedagógico – didático” para formar os professores primários;

Há a dificuldade de se ter nas licenciaturas uma sólida formação pedagógico-didática. Sempre há a disputa, porque as áreas específicas tendem a considerar que se está diminuindo o tempo para a formação específica quando se estende a carga didática das disciplinas de formação pedagógica. Esse é um debate no mundo inteiro e consequentemente no Brasil e na Unicamp também.

O problema é que cada vez mais foi se evidenciando que a formação pedagógico-didática é necessária também para os professores secundários. Numa enquete na Itália chegou-se à conclusão que esses professores se sentiam seguros no domínio daquelas matérias que eles deveriam ensinar, mas, sem conhecimentos relativos à psicologia do ser que aprende, às questões pedagógicas.

Quando nós situamos essa questão no Brasil, aqui também as escolas normais primárias surgiram no século XIX (a primeira em Niterói), com características mais próximas do modelo dos conteúdos culturais cognitivos. Essas escolas normais tiveram uma trajetória muito intermitente – a tal ponto de se defender que o mais adequado era o professor adjunto (Reforma Couto Ferraz, de 1854).

O problema do professor da escola normal secundária só se colocou na década de 1930 com a Reforma Francisco Campos. Em 1939 surge o esquema 3+1, pelo Decreto-Lei n. 1190, que deu forma definitiva à Faculdade Nacional de Filosofia. Todos os cursos da faculdade de filosofia, incluindo o de pedagogia, organizaram-se em duas modalidades o bacharelado com duração e três anos e a licenciatura, por meio do curso de didática, de duração de um ano. A escola normal foi reorganizada em 1946.

A LDB de 1961 abriu a possibilidade de flexibilização. Na regulamentação no parecer 251 de 1962 foi mantida a estrutura anterior do pedagogo como generalista, mas aí flexibilizando as disciplinas de didática que não precisavam ficar no último ano, mas poderiam se distribuir ao longo do curso e o mesmo ocorreu com as licenciaturas

Entre as reformas da ditadura está o parecer 252/69 do CFE, neste a mudança foi maior porque foram introduzidas as habilitações, o curso de pedagogia seria composto de uma parte comum e outra diversificada a partir de diversas modalidades de capacitação, traduzidas na forma de habilitações. A Unicamp surge aí, a FE é implantada em 1974. Durante a ditadura houve toda uma mobilização e crítica dessa sistemática, pelo caráter tecnicista que impregnava a política educacional desse período. Além de haver neste

período uma expectativa de que com a redemocratização esse problema pudesse ser superado.

Entre final da década de 1970 e início dos anos de 1980 foram criadas as entidades: Cedes, Ande, Anped, que organizaram as Conferências Brasileiras de Educação (CBE). Na primeira CBE foi criado um “Comitê Pró-Participação na Reformulação dos Cursos de Pedagogia e Licenciatura”. Mais adiante, em 1983, tornou-se uma Comissão Nacional para Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores (CONARCFE). Em 1990, constituiu-se a ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação). Até aí eram Comitê e comissão, portanto, era algo ad-hoc, enquanto a associação tem um caráter mais permanente, reunindo os profissionais da área que estão estudando e preocupados com essa questão.

Neste período, entre 1980 e 1990, tivemos a Constituição de 1988, que incorporou a reivindicação dos educadores da Carta de Goiânia. A Constituição também manteve a atribuição da União para fixar as diretrizes e bases da União –

Havia a expectativa que a nova LDB equacionasse os problemas. No que diz respeito à formação de professores, a LDB frustrou em vários sentidos, ela pretendeu passar a formação de todos os professores para o nível superior e fracassou por dupla razão. Uma por erro de português no artigo 87 e outra por uma falha técnica legislativa grave no artigo 62 (Se de fato se queria passar todas as modalidades de ensino para o ensino superior não podia ter aí a possibilidade da formação mínima)

A LDB introduz a controvérsia ligada às alternativas dos Institutos Superiores de Educação. Esses Institutos Superiores de Educação são curso superior, mas, de segundo nível, isso já havia sido tentado na Alemanha e na Itália.

A política educacional dominante pretende sempre provocar uma formação aligeirada, precária, com ênfase na prática.

O Parecer 970/ 99 do Conselho Nacional de Educação atribuiu ao curso normal superior o papel de formar o professor de nível médio. Este parecer foi contestado e o conselho resolveu retirá-lo de pauta. Então, o governo baixou um decreto dizendo que a formação do professor da educação infantil e das quatro primeiras séries do ensino fundamental seria atribuição exclusiva do Instituto Superior de Educação. Em agosto de 2000, houve uma modificação, alterou-se a condição de exclusividade dos Institutos Superiores de

Educação, por meio da utilização do termo “preferencialmente”. Neste quadro, para os cursos de pedagogia só ficava a atribuição de formar os profissionais da educação na supervisão, administração e coordenação pedagógica

O resultado disso foi que os Institutos Superiores de Educação não aplacaram. E a Pedagogia acabou vencendo essa batalha contra os Institutos Superiores de Educação e prosseguiu formando professores.

Nesse processo teve papel importante a organização dos educadores.

Esse movimento histórico gerou duas ideias centrais: a docência como base da formação do professor e a base comum nacional.

Aí nós temos o quadro dos aspectos históricos e pressupostos teórico políticos para os encaminhamentos tomados no curso de pedagogia da FE: centrar a formação na docência como base da formação do educador e daí a ênfase na prática, bem como a introdução da disciplina Pesquisa e prática pedagógica.

Conforme a conclusão da parte histórica do livro *A pedagogia no Brasil*, para equacionar de modo adequado o problema do espaço acadêmico da pedagogia é necessário o resgate de sua longa e rica tradição teórica, porque do contrário essa busca da ênfase na prática faz com que nós não tenhamos rumos claros a seguir.

A educação deve ser ponto de partida e ponto de chegada. Assim se constrói a ciência da educação, cujo nome pela tradição europeia é pedagogia. Esta ciência tem por eixo a relação dialética entre teoria e prática.

O problema é que em geral os movimentos têm se preocupado com a questão organizacional, com os currículos, com o funcionamento, no entanto, as questões de fundo não são abordadas e nem as questões organizacionais postas. Depois da Lei 5440, desapareceram as classes, o estudante acumula créditos, não há uma estrutura orgânica que ele frequenta, os cursos tornaram-se semestrais. Não há mais turmas permanentes. Ninguém discute essa questão. Por que tem que ser assim? Por que não pode ser diferente? Essas mudanças com a Lei 5440 foram feitas tendo por base a racionalização de custos.

O que está por trás disso? A ideia de racionalizar as atividades para reduzir custos. Mas, seria a departamentalização, a matrícula por disciplina em regime de créditos um grande achado que não precisa ser modificado?

O espaço apropriado para a educação é a faculdade de educação, que deveria ser um lugar que acolhe os estudantes para intenso e exigente estudo, propiciando uma formação densa. Gramsci afirmou que o latim e o grego, a cultura greco-romana constituíam o princípio educativo da escola tradicional. Nos tempos atuais a matéria que poderia substituir o latim e o grego é a história. O homem é um ser histórico, ele não tem suas características asseguradas no DNA, elas não são herdadas geneticamente, as crianças precisam se apropriar do que é produzido historicamente.

Qual é o centro da formação do educador? O que tipifica a educação na nossa época é a escola. Assim, a escola tem que ser o objeto das nossas investigações. Como eu chego na escola? O que se faz na escola?

A Pesquisa e prática pedagógica desde o primeiro ano não seria uma resposta adequada. Isso faz sentido na medicina, que pode ter um hospital escola, já que em geral os estudantes não possuem vivência hospitalar anterior ao início do curso. No caso da pedagogia é diferente, uma vez que se recebe os jovens que já passaram no mínimo onze anos dentro da escola. Não faz sentido dizer que eles precisam conhecer a escola. Primeiramente, é necessário ficar na Universidade estudando, se aprofundando, conhecendo os fundamentos e só posteriormente retornar à escola com outros olhos, conseguindo fazer as mediações na análise com recursos teóricos. Assim, o jovem volta para escola com a capacidade de compreender e analisar o que se passa lá.

Assim, o curso de Pedagogia deve se constituir pelo diferencial de fornecer uma formação sólida, uma base teórica consistente, não cedendo a esses apelos de atender a uma pragmática mais imediata.

Pluralismo é, sim, importante, no entanto, pluralismo não pode ser constituído por ecletismo – que potencial isso tem para formar bem esses alunos?

Profa. Luciana Coutinho

Entrou no curso de pedagogia em 1998 – naquela ocasião o curso havia acabado de passar por um processo de reformulação nos anos de 1996 e 1997. E as mudanças passaram a ser vivenciadas primeiramente pela turma de 1998. E era comum naquele momento durante as aulas os professores se manifestarem. Com o fim das habilitações todos concordavam, só não concordavam muito bem com o caminho que foi tomado.

A preocupação enquanto estudantes, enquanto pedagogos era com relação a quais impactos haveria no processo de formação em que estavam inseridos.

De modo geral, o que se ressaltava era o quanto isso mexia com as condições de trabalho. Tirar as habilitações significaria reduzir disciplinas do curso, o que foi bastante polêmico em alguns departamentos na época.

No período, a professora Helena de Freitas era Coordenadora do curso e foi uma das que chamou atenção para as questões de fundo dessa reformulação, muito mais amplas do que essas questões de mudanças nas disciplinas.

Prof. Lalo

Em que contexto estão sendo propostas mudanças? O que pode estar pautando esta proposta agora? O curso precisa de uma reformulação agora? Sendo que houve uma reformulação no fim dos anos 90, nos anos 2000, e outra por conta da deliberação 111.

E, a pretexto da contra-reforma do Ensino Médio, também foi incluído na LDB que diz que todos os cursos de Formação de Professores serão organizados segundo a Base Nacional. Ou seja, não corremos o risco de que novamente tenhamos que fazer reformas?

Há um quadro de fragmentação da resistência. Por outro lado, o CEE também deu demonstração que não há muita conversa.

Esta não é exatamente uma questão, mas, uma reflexão de que se é uma conjuntura favorável e se de fato o curso precisa de uma reformulação.

Prof. Saviani:

A questão foi posta sobre o seminário. Depois da questão do seminário, é que se haveria uma tendência de produzir transformações no curso. Assim, seria importante que o DEFHE discutisse a problemática do curso para ver como se posicionar diante de eventuais possíveis mudanças que vierem a ser sugeridas. Não haveria como comentar a iniciativa da reformulação e o que está sendo proposto. Não sei se há uma ideia de reformulação. Se é uma exigência externa ou interna. Agora, eu concordo que

estrategicamente não é o momento de pensar reformulações. Talvez colocar os pés na terra, fazer um diagnóstico sobre as condições atuais de funcionamento. Há condições de continuar assim? Se não há, como é que se encaminha o andamento do curso da melhor forma possível. Qual a situação do corpo docente? Que tende a ser reduzido, há sempre dificuldade de repor os postos docentes. Então, essas são questões que caberia analisar. Em termos de reformulação curricular, podemos incidir no problema que o Lalo levantou, elaborar uma proposta que em seguida tem que ser modificada por novas normas legislativas. Quanto à BNCC, por um lado era pauta dos educadores. Objetivamente a exigência da BNCC foi cumprida pelas Diretrizes Nacionais Curriculares.

O curso devia se voltar para questões mais nucleares, mais centrais. Que profissionais queremos formar? É importante articular esses aspectos.

Por exemplo, o estágio, como é que se resolve a questão do estágio? Da forma como vem se colocando não se resolve, não adianta tirar hora ou colocar hora. O estágio deveria ser pensado em articulação com as instituições de ensino.